

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



Município de Descanso

Data de Fundação – 16/12/1956

População: 8.612 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 139,07 (em milhões)
(IBGE - 2011)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1825/2014)	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	15
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	17
3.1. Apuração do resultado orçamentário	17
3.2. Análise do resultado orçamentário	18
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	19
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	25
4.1. Situação Patrimonial	26
4.2. Análise do resultado financeiro	27
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	28
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	30
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	33
5.1. Saúde	33
5.2. Ensino	34
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	34
5.2.2. FUNDEB	36
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	39
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	39
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	40
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	42
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	43
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	43
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	45
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	48
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	49
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	50

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	51
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	52
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	53
8. RESTRIÇÕES APURADAS	57
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013	58
CONCLUSÃO	59
ANEXO	61
APÊNDICE	62
APÊNDICE	68

PROCESSO	PCP 14/00092644
UNIDADE	Município de Descanso
RESPONSÁVEL	Sr. Helio José Daltoe - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	5223/2014

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Descanso, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Descanso, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 23/10/2014

conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2013 do Município, foi emitido o Relatório nº **1825/2014**, integrante do Processo **PCP 14/00092644**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Helio José Daltoe - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no Relatório nº **1825/2014**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 14.026/2014, de 20/08/2014.

Considerando que o Exmo. Conselheiro Relator, em seu Despacho, determinou que o Responsável se manifestasse notadamente acerca das restrições contidas no itens “8.1.1 e 8.2.2” do Capítulo 9 - Restrições Apuradas do citado Relatório, nesta oportunidade, entretanto, serão analisadas por esta Instrução todas as restrições, pois o Responsável se manifestou sobre as demais restrições.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício nº 36/CI/2014 de 02/09/2014, apresentou alegações de defesa assim como remeteu documentos sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 412 a 480 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1825/2014)

1.1.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

- 1.1.1.1 Despesas realizadas com os recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério no valor de **R\$ 1.219.691,88**, representando **56,23%** dos recursos oriundos do FUNDEB (**R\$ 2.169.074,96**), quando o percentual estabelecido de **60,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 1.301.444,98**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 81.753,10** ou **3,77%**, em descumprimento ao estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 1).

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Em síntese o Responsável afirma que por um lapso, as despesas realizadas com recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério no 1º bimestre de 2013 no montante de R\$ 223.576,31, não foram marcadas na fonte de recursos correta (fonte 18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - aplicação remuneração dos profissionais do magistério), o que, segundo ele, teria originado a presente irregularidade.

Alega ainda, que a situação por ele relatada foi corrigida a partir do 2º bimestre, no entanto, a Unidade deixou de solicitar o retorno de competência das informações referentes ao 1º bimestre encaminhados pela Unidade via sistema e-Sfinge.

Em análise dos documentos ora encaminhados (fichas de cadastro de despesas, despesa empenhada por fonte de recursos durante o 1º bimestre de 2013) verifica-se que assiste razão ao Responsável no tocante as suas justificativas.

De fato, despesas realizadas na remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB (60%), deixaram de ser vinculadas na fonte de recursos 18, e assim passou a ser considerado pelo sistema da Unidade como sendo despesas custeadas com recursos ordinários.

No entanto, no que pese o Responsável ter mencionado que o valor de R\$ 223.576,31 não foi vinculado corretamente na fonte de recursos 18, somente as despesas no montante de R\$ 220.180,39 (fls. 489/490) foi possível identificar como sendo despesas referentes a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB (60%).

Ou seja, verificando-se as informações encaminhadas pela Unidade via sistema e-Sfinge referentes ao 1º bimestre de 2013 (fls. 489/490), confirma-se que houve o empenhamento do montante de R\$ 220.180,39 na fonte de recursos 00 - recursos ordinários, quando na realidade estas referem-se a remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB (60%), fonte de recursos - 18.

Registra-se que em verificação do razão analítico da conta do FUNDEB (fls. 492/496), constatou-se que os valores ora mencionados foram pagos com recursos da referida conta.

Destaca-se ainda que através das fichas financeiras, ainda que por amostragem, restou comprovado que se tratam de profissionais do magistério em efetivo exercício.

Assim, considerando os argumentos procedentes ora apresentados, esta instrução incluirá o valor anteriormente mencionado (R\$ 220.180,39) como remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB (60%), tendo como consequência o afastamento da restrição em questão, visto que unidade passa a cumprir o limite mínimo estabelecido na legislação vigente, conforme demonstrado no item 5.2.2, limite 1, quadro 15 deste relatório.

1.2.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

1.2.2.1 Divergência, no valor de R\$ 298.048,19, entre o saldo financeiro dos recursos do Fundeb registrado em conta específica em 31/12/2013 (R\$ 53.670,56), e o saldo apurado pela diferença dos valores recebidos e os valores pagos em 2013 (R\$ 351.718,75), em desacordo ao artigo 2º da Lei nº 11.494/2007.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável limitou-se a afirmar que a diferença em questão é decorrente de despesas empenhadas na fonte de recursos 00 (recursos ordinários) no 1º bimestre de 2013, não vinculadas corretamente no sistema e-Sfinge nas fontes de recursos 18 e 19 (Recursos do FUNDEB).

Segundo ele, o saldo correto dos recursos do FUNDEB na data de 31/12/2013 é de R\$ 53.670,56.

Quanto ao saldo dos recursos do FUNDEB em 31/12/2013, este não merece reparos. De fato o mesmo corresponde ao valor de R\$ 53.670,56, e este foi o valor considerado quando da instrução das contas.

Já acerca das justificativas iniciais apresentadas pelo Responsável, razão lhe assiste quando menciona que as despesas empenhadas na fonte de recursos 00 (recursos ordinários) no 1º bimestre de 2013, não vinculadas corretamente no sistema e-Sfinge nas fontes de recursos 18 e 19, devem ser consideradas no saldo apurado pela diferença dos valores recebidos e os valores pagos em 2013.

Assim, se considerarmos os recursos oriundos do FUNDEB

no exercício de 2013 no montante de R\$ 2.169.074,96, deduzidos os valores empenhados e pagos naquele exercício, no valor de R\$ 2.095.474,09¹, diga-se já devidamente ajustados pelas informações trazidas pelo Responsável nos itens 1.1.1.1 e 1.2.2.2 deste Relatório, encontra-se o montante de R\$ 73.600,87.

Assim, permanece a divergência de R\$ 19.930,31 entre o saldo financeiro dos recursos do FUNDEB registrado em conta específica em 31/12/2013 (R\$ 53.670,56), e o saldo apurado pela diferença dos valores recebidos e os valores empenhados e pagos em 2013 (R\$ 73.600,87).

Ante o exposto mantém-se a restrição com a devida readequação do valor.

- 1.2.2.2 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de **R\$ 1.832.063,27**, equivalendo a **84,46%** (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de **R\$ 228.557,94**, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 2).

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Para a presente irregularidade o Responsável reporta-se aos mesmos argumentos apresentados no item 1.1.1.1 deste relatório, no sentido de que houve um equívoco da Unidade quando da vinculação das despesas realizadas com recursos do FUNDEB na fonte de recursos.

¹ Esse valor constitui-se de: R\$ 1.817.356,21 – valor empenhado e pago constante no relatório de instrução; R\$ 57.937,49 – valor empenhado e pago ref. 1º bimestre vinculado erroneamente FUNDEB 40% (fls. 486/487); e R\$ 220.180,39 – valor empenhado e pago ref. 1º bimestre vinculado erroneamente FUNDEB 60% (fls. 489/490).

Segundo ele, as despesas realizadas com recursos do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica - 40%) foram indevidamente vinculadas a fonte de recursos 00 - recursos ordinários, o que teria originado a presente irregularidade.

Assim como no item 1.1.1.1, constata-se que assiste razão ao Responsável, haja vista que despesas realizadas na educação básica com recursos do FUNDEB - 40% no montante de R\$ 57.937,49, deixaram de ser vinculadas na fonte de recursos 19, e assim passou a ser considerado pelo sistema da Unidade como sendo despesas custeadas com recursos ordinários.

Desta forma, considerando o montante de R\$ 220.180,39, referente as despesas com remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB (60%), bem como o valor de R\$ 57.937,49 referente as despesas realizadas na educação básica com recursos do FUNDEB - 40%, indevidamente vinculadas na fonte de recursos 00 - recursos ordinários, a Unidade passa cumprir o limite mínimo estabelecido na legislação vigente.

Cabe destacar que em verificação do razão analítico da conta do FUNDEB (fls. 492/496), constatou-se que os valores ora mencionados foram pagos com recursos da referida conta.

Registra-se ainda que a relação de despesas realizadas com recursos do FUNDEB, empenhadas na fonte de recursos 00 - recursos ordinários, encontra-se às fls. 486/487 e 489/490.

Ante o exposto afasta-se a restrição inicialmente apontada.

- 1.2.2.3 Abertura de crédito adicional no valor de **R\$ 157,04**, no primeiro trimestre de 2013, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, sem evidenciação de realização da despesa, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Para a presente restrição, o Responsável alega que embora não esteja devidamente evidenciada, o crédito adicional de R\$ 157,04, refere-se ao empenho nº 636, de 14/03/2013, sendo de natureza suplementar, na atividade 2.034 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental, e se destinou à manutenção e funcionamento nas escolas municipais Cachoeirinha e Getúlio Vargas.

No que pese os argumentos apresentados pelo Responsável, os mesmos não podem prosperar, visto que, em consulta ao sistema e-Sfinge, constatou-se que o empenho supracitado é no montante de R\$ 222,00 e o Grupo de Fontes de Recursos nele constante é 1 - Recursos do Tesouro Exercício Corrente, quando deveria ser classificada no Grupo de Fontes de Recursos 3 - Recursos do Tesouro Exercícios Anteriores.

Ante o exposto, mantém-se a irregularidade inicialmente apontada.

- 1.2.2.4 Despesas inscritas em Restos a Pagar e/ou despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 97.594,12**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável limitou-se em afirmar que o desequilíbrio ocorreu pela necessidade de atendimento das despesas com o quadro dos profissionais do magistério em exercício, que, segundo ele, exigiram recursos acima de 60%.

Os argumentos apresentados não podem prosperar, visto que as despesas com profissionais do magistério, custeadas com recursos do FUNDEB foram de 66,38% do total de recursos recebidos, não justificando um empenhamento de despesas acima do montante recebido.

Assim, mantém-se a irregularidade em questão.

- 1.2.2.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Segundo o Responsável, a opção exportar dados que não estava habilitada, foi devidamente corrigida pela Unidade. Já a opção do lançamento da receita, segundo o Responsável, será observada após a implantação completa do novo PCASP.

Assim, considerando que a opção exportar dados está disponível nesta data (28/10/2014), conforme demonstrado à fl. 498, permanece a restrição pelo descumprimento da disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, especificamente no lançamento da receita.

1.2.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

1.2.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal de Saúde (fl. 476), afasta-se a irregularidade em questão.

1.2.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (fl. 477), afasta-se a irregularidade em questão.

1.2.3.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS (fl. 478), afasta-se a irregularidade em questão.

- 1.2.3.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

Considerando que a Unidade encaminhou nesta oportunidade o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (fl. 479), afasta-se a irregularidade em questão.

- 1.2.3.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

(Relatório nº 1825/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

Manifestação do Responsável constante às fls. 412/480.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável afirma que o parecer em questão deixou de ser enviado em razão do Conselho do Idoso não estar devidamente constituído.

Entretanto, o artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842/1994, estabelece a obrigatoriedade de instituição do Conselho Municipal do Idoso, motivo pelo qual não há como desconsiderar o apontamento.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2013 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO²

Os primeiros colonizadores de Descanso chegaram em 02 de fevereiro de 1935. Eram poloneses oriundos da cidade de Casca, no Rio Grande do Sul, das famílias Ciechanowski, Wronski, Pitroski e Graboski. A origem dos imigrantes deu ao local o nome de Linha Polonesa, mas um fato ocorrido dez anos antes provocou a mudança do nome. Em fevereiro de 1925, a Coluna Prestes, durante a marcha que fazia pelo sul do País em direção ao Nordeste, descansou às margens do Arroio Macaco Branco, nas imediações da localidade. Após 15 anos de colonização, em 18 de fevereiro de 1950, Descanso foi elevada à categoria de distrito de Chapecó. Com uma área muito extensa eram 13.719km², Chapecó foi mais tarde subdividida em 8 novas colônias e Descanso passou a pertencer a uma delas, Mondai. A cidade foi emancipada no dia 12 de setembro de 1956 e a instalação do novo município aconteceu no dia 16 de dezembro do mesmo ano.

O Município de Descanso tem uma população estimada em 8.612³ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74⁴. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 139.074.367,00⁵, revelando um PIB per capita à época de R\$ 16.177,08, considerando uma população estimada em 2011 de 8.597 habitantes.

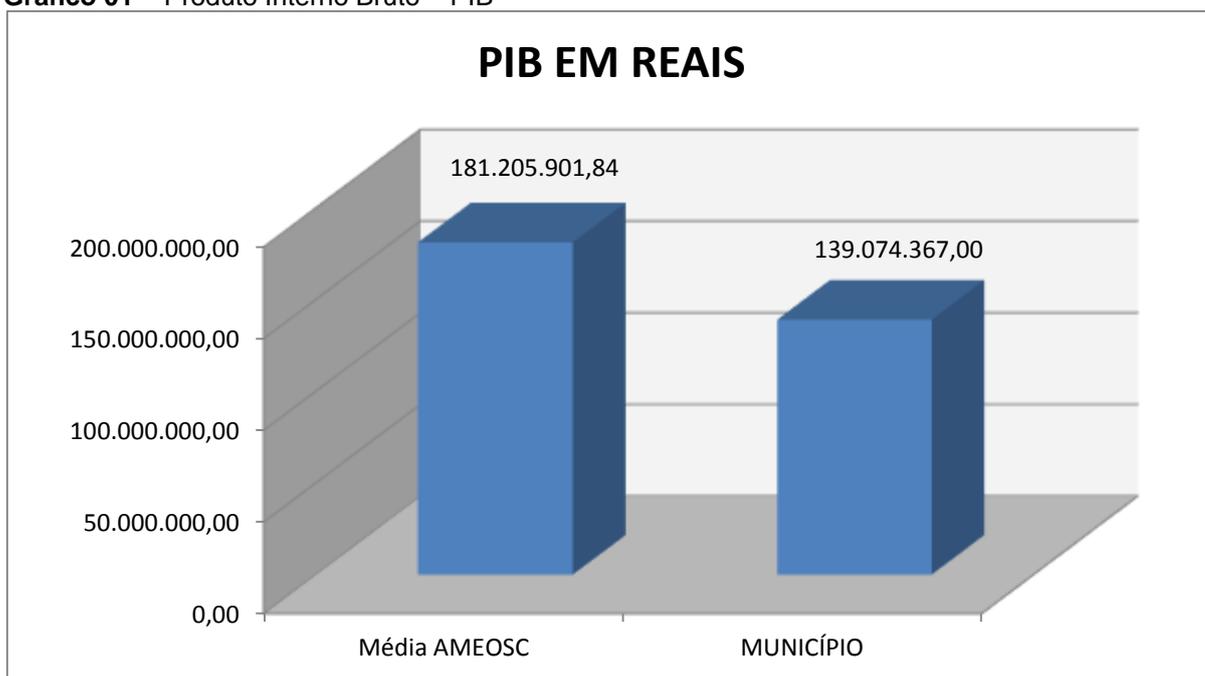
² Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

³ IBGE - 2013

⁴ PNUD - 2010

⁵ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

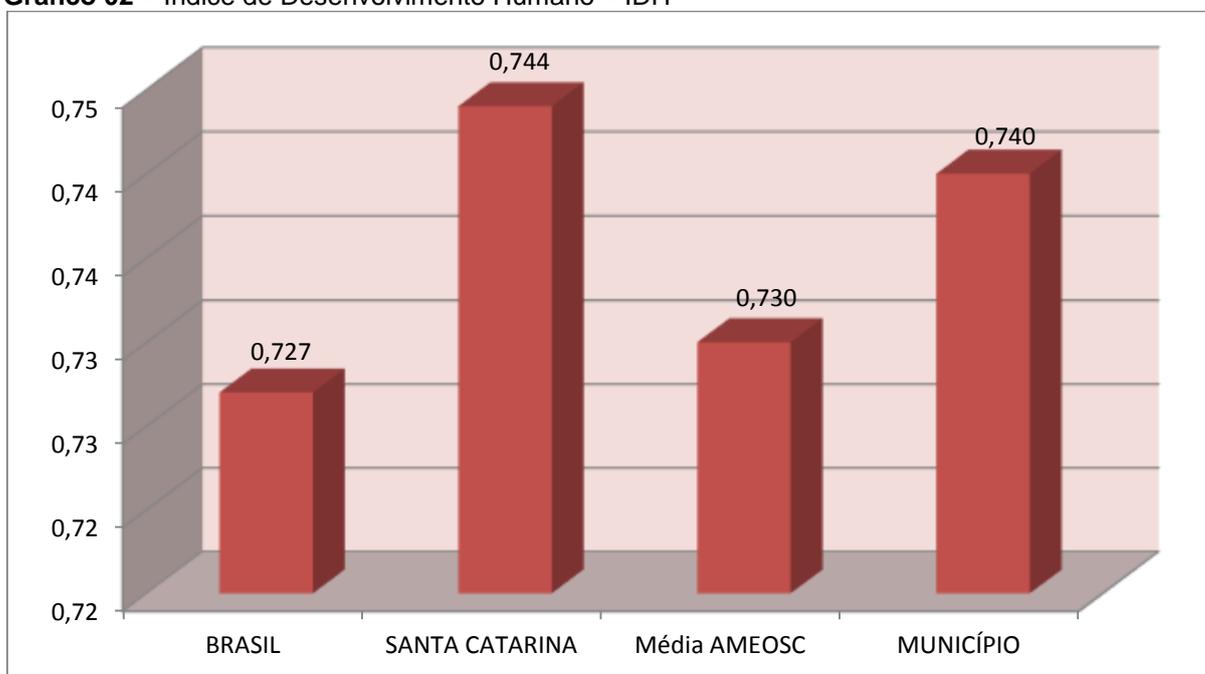
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Descanso encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	17.247.395,07
PPA	877/2009	20/07/2009		
LDO	1201/2012	Não informado	DESPESA FIXADA	17.247.395,07
LOA	1209/2012	Não informado		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.181.310,00**, correspondendo a **6,98%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 1.181.310,00, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 820.997,73 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 360.312,27.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	17.247.395,07	16.915.813,14	98,08
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	17.333.802,11	15.734.503,14	90,77
Superávit de Execução Orçamentária		1.181.310,00	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 17.218,79.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Descanso nos últimos 5 anos:

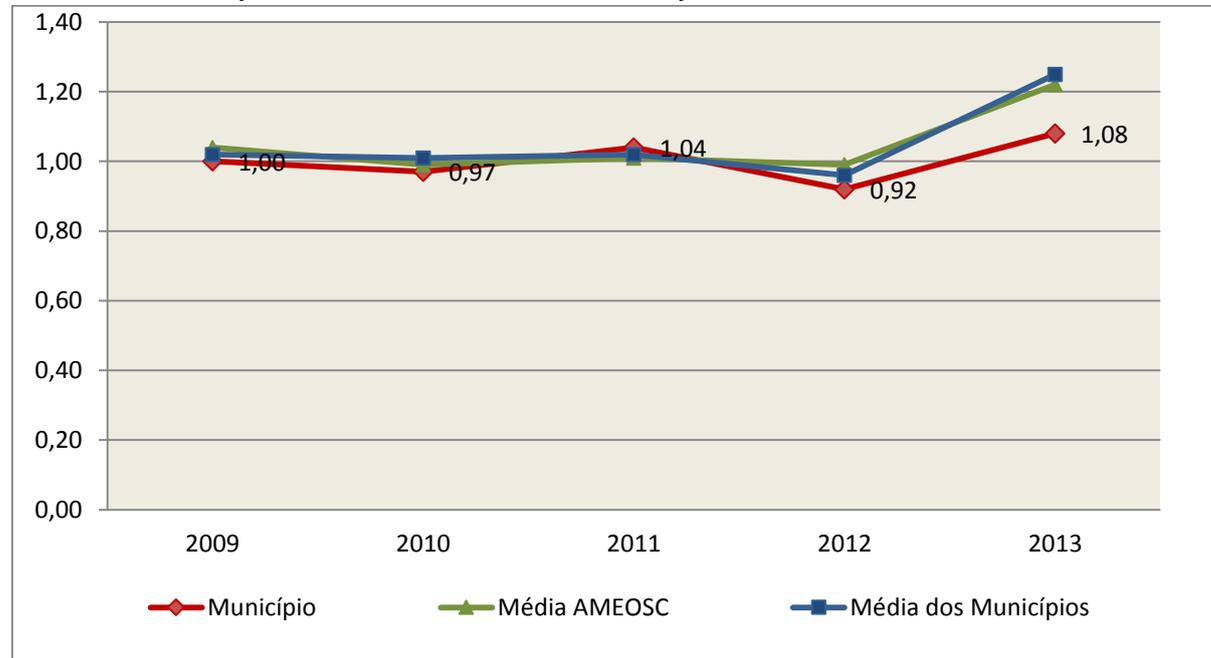
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013

ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	10.705.847,02	13.407.429,46	14.499.656,67	15.157.287,70	16.915.813,14
2	Despesa executada	10.689.168,84	13.883.729,90	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,00	0,97	1,04	0,92	1,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 16.915.813,14**, equivalendo a **98,08%** da receita orçada.

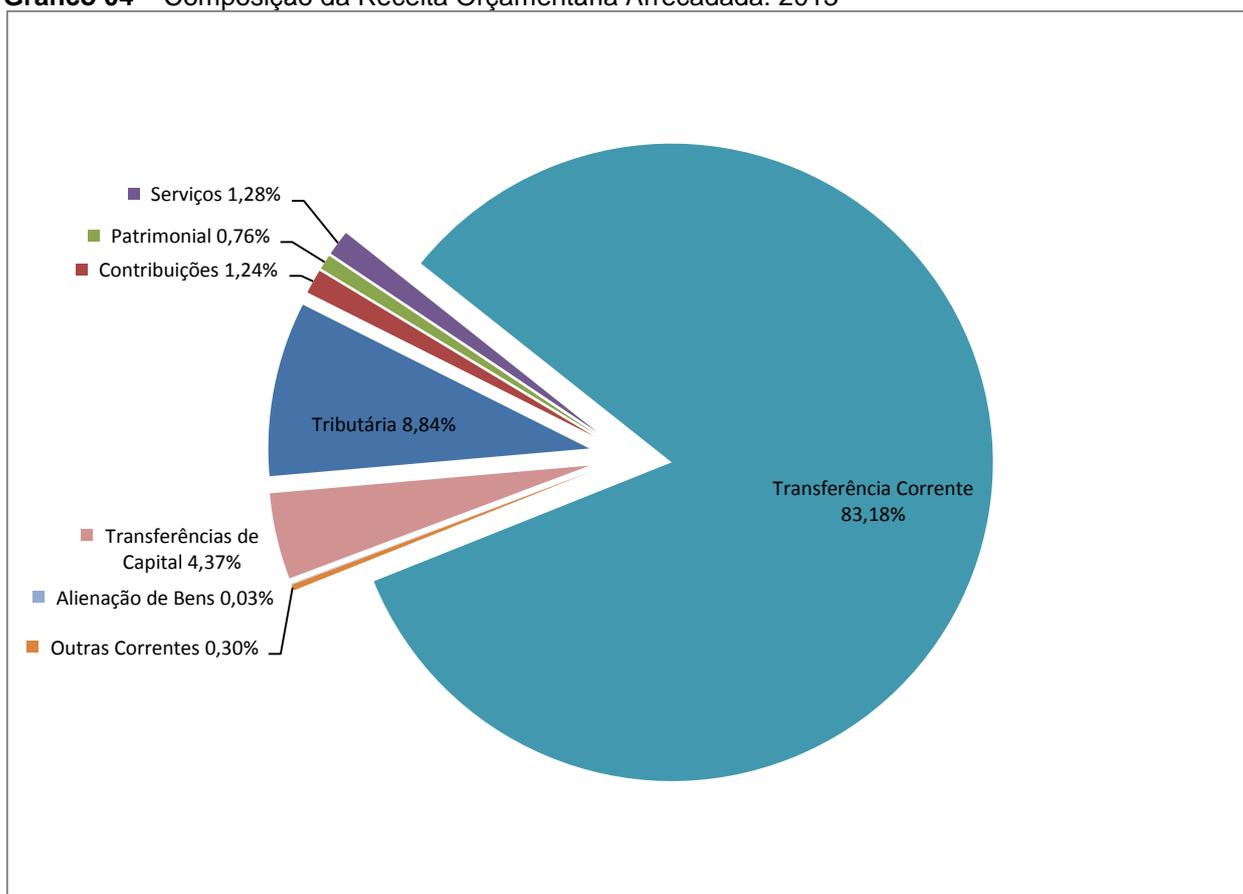
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	1.246.542,45	1.495.554,90	119,98
Receita de Contribuições	300.000,00	209.549,65	69,85
Receita Patrimonial	119.459,35	128.481,57	107,55
Receita Agropecuária	40.670,00	-	-
Receita de Serviços	256.565,73	216.801,26	84,50
Transferências Correntes	14.799.226,23	14.070.338,21	95,07
Outras Receitas Correntes	75.446,31	50.384,16	66,78
RECEITA CORRENTE	16.837.910,07	16.171.109,75	96,04
Operações de Crédito	94.774,00	-	-
Alienação de Bens	88.599,00	4.847,23	5,47
Transferências de Capital	226.112,00	739.856,16	327,21
RECEITA DE CAPITAL	409.485,00	744.703,39	181,86
TOTAL DA RECEITA	17.247.395,07	16.915.813,14	98,08

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

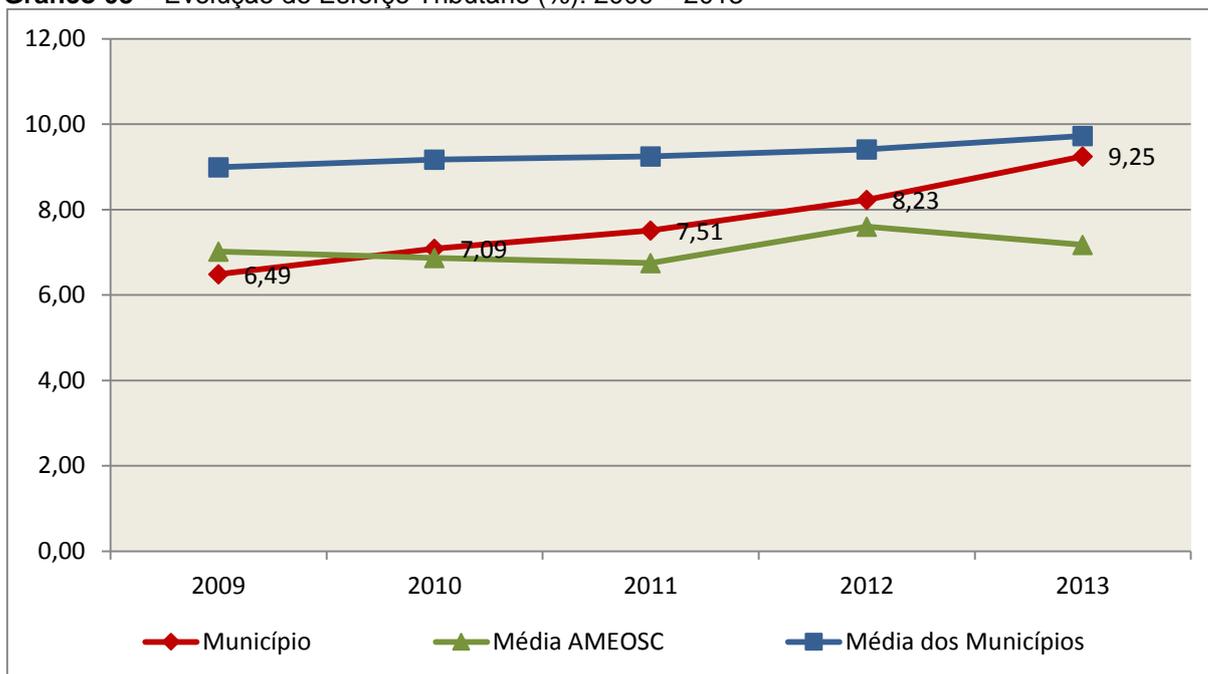


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **83,18%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

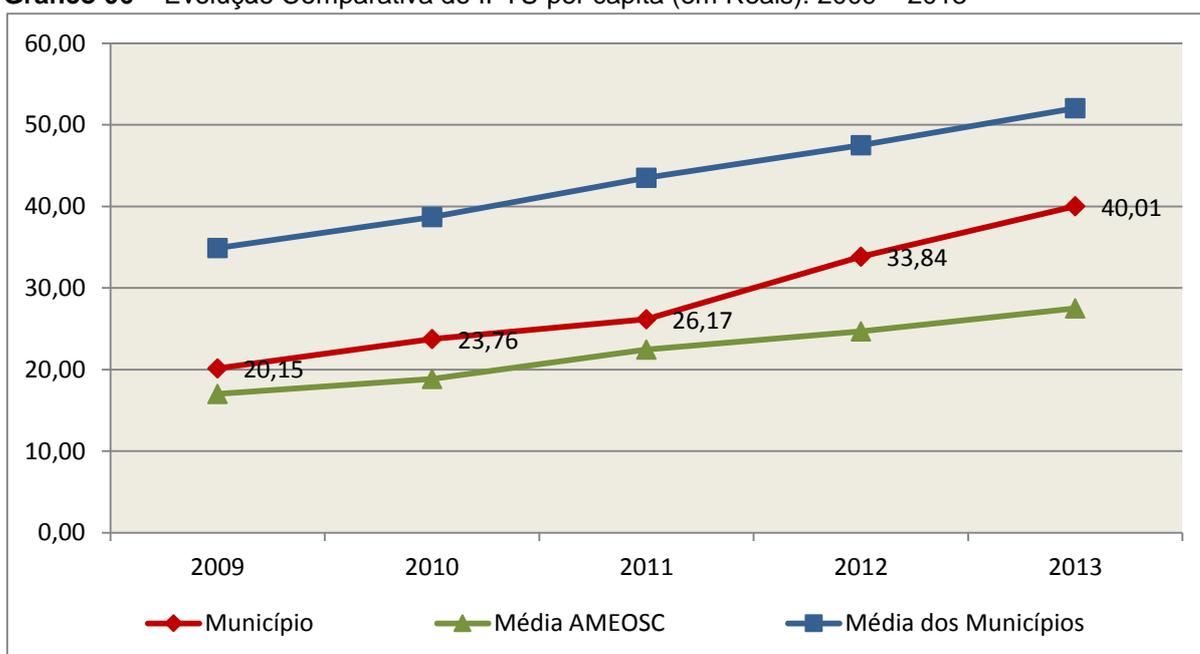


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

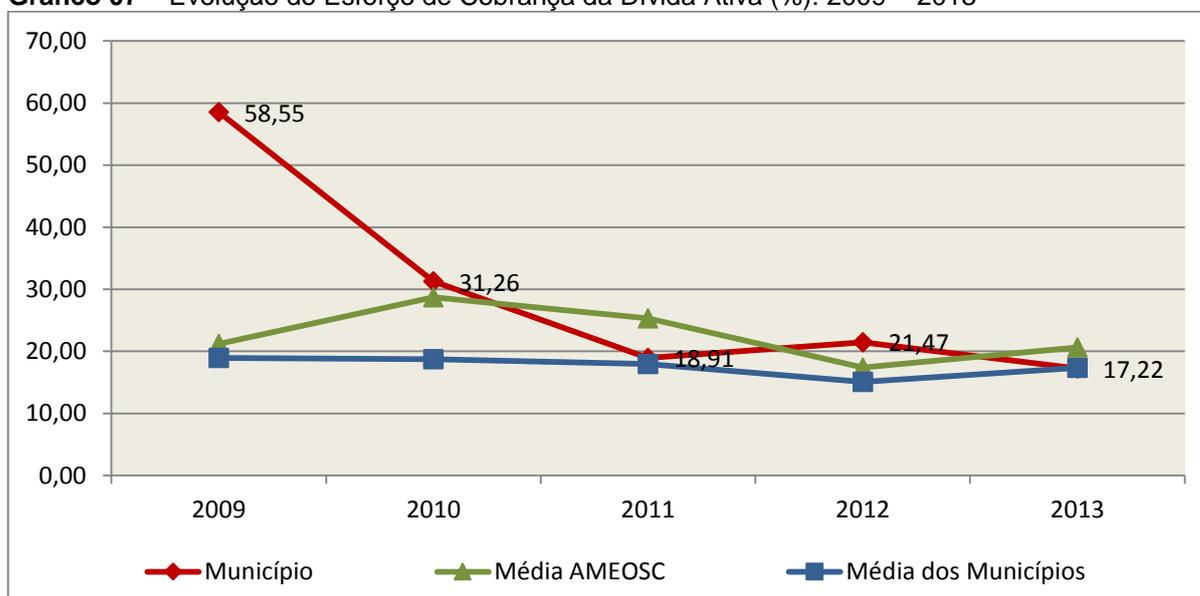
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
121.122,88	32.057,64	0,00	0,00	20.856,36	0,00	132.324,16

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	805.380,00	672.635,38	83,52
04-Administração	1.505.721,91	1.413.667,45	93,89
06-Segurança Pública	31.000,00	16.360,48	52,78
08-Assistência Social	882.588,88	780.471,60	88,43
09-Previdência Social	775.000,00	745.559,71	96,20
10-Saúde	4.003.384,68	3.728.165,98	93,13

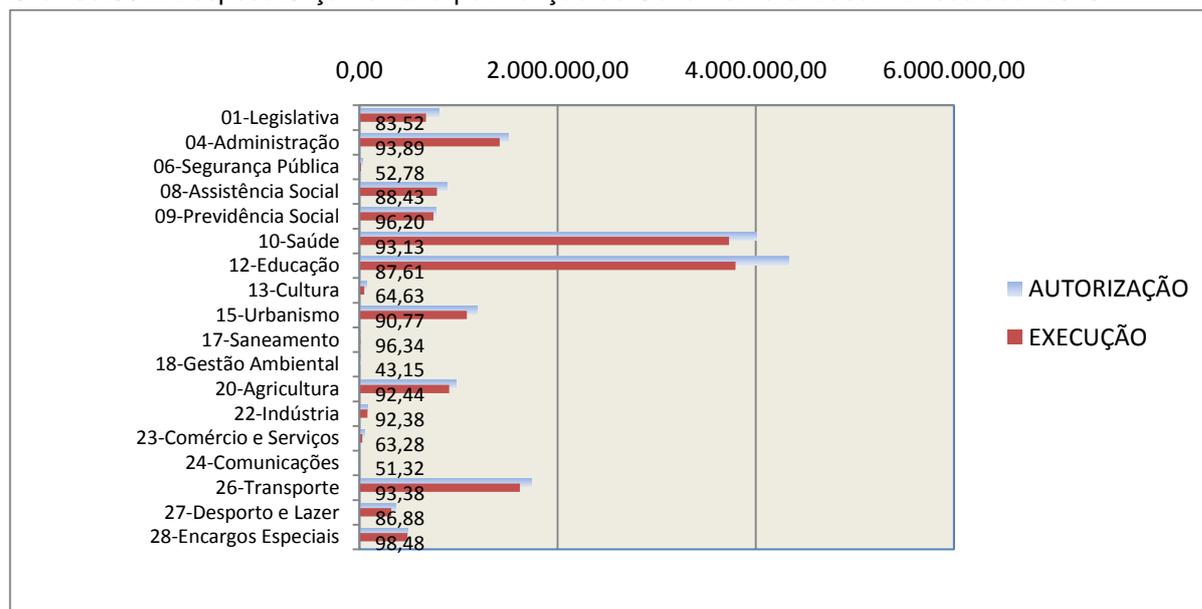
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
12-Educação	4.331.159,15	3.794.402,23	87,61
13-Cultura	75.000,00	48.469,31	64,63
15-Urbanismo	1.192.000,00	1.081.960,51	90,77
17-Saneamento	8.200,00	7.900,00	96,34
18-Gestão Ambiental	15.100,00	6.515,29	43,15
20-Agricultura	977.882,43	903.926,90	92,44
22-Indústria	88.000,00	81.298,74	92,38
23-Comércio e Serviços	47.000,00	29.741,28	63,28
24-Comunicações	5.000,00	2.566,19	51,32
26-Transporte	1.733.732,06	1.619.028,78	93,38
27-Desporto e Lazer	368.800,00	320.413,02	86,88
28-Encargos Especiais	488.853,00	481.420,29	98,48
TOTAL DA DESPESA	17.333.802,11	15.734.503,14	90,77

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	470.341,35	557.783,83	519.595,54	570.993,02	672.635,38
04-Administração	995.959,07	1.173.948,53	1.101.680,99	1.226.737,20	1.413.667,45
06-Segurança Pública	3.876,30	4.948,35	3.881,39	5.063,80	16.360,48
08-Assistência Social	415.148,25	456.559,36	769.452,21	593.299,58	780.471,60
09-Previdência Social	477.226,42	577.885,66	585.968,27	548.108,70	745.559,71
10-Saúde	2.480.670,01	2.736.524,28	2.861.568,29	3.825.888,53	3.728.165,98
12-Educação	2.969.171,05	3.334.426,73	3.512.528,06	4.366.130,88	3.794.402,23
13-Cultura	25.072,69	54.527,01	51.861,72	36.353,09	48.469,31
15-Urbanismo	737.700,28	812.859,69	1.322.529,71	1.452.145,38	1.081.960,51
16-Habitação	49.980,00	-	2.908,87	-	-
17-Saneamento	83.946,31	-	152.400,00	-	7.900,00
18-Gestão Ambiental	6.176,50	7.593,21	15.695,99	8.990,00	6.515,29
20-Agricultura	537.642,58	1.142.853,65	676.485,25	1.452.742,04	903.926,90
22-Indústria	46.891,43	56.000,24	73.815,01	60.353,28	81.298,74
23-Comércio e Serviços	33.412,46	15.689,72	23.637,04	3.636,59	29.741,28
24-Comunicações	2.300,78	3.291,06	8.298,13	2.805,52	2.566,19
26-Transporte	923.856,53	2.100.479,28	1.011.812,24	1.106.667,92	1.619.028,78
27-Desporto e Lazer	185.053,68	370.529,26	303.704,28	376.366,03	320.413,02
28-Encargos Especiais	244.743,15	477.830,04	952.584,54	795.288,14	481.420,29
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	10.689.168,84	13.883.729,90	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	344.560,03	2,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	310.272,17	2,40
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	237.619,41	1,84
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	213.915,26	1,65
Cota do ICMS	5.560.520,24	42,97
Cota-Parte do IPVA	662.214,29	5,12

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	84.065,57	0,65
Cota-Parte do FPM	5.466.562,55	42,24
Cota do ITR	9.422,06	0,07
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	25.817,40	0,20
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	15.991,65	0,12
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.247,50	0,08
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	12.941.208,13	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	18.485.699,48
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.314.589,73
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.171.109,75

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Descanso (em Reais): 2012 – 2013

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Financeiro	1.662.131,88	2.132.469,12	Financeiro	2.382.307,07	1.654.115,52
Disponível	1.662.069,66	2.132.469,12	Depósitos	87.800,77	81.022,74
Bancos Conta Movimento	399.982,12	10.548,28	Consignações	47.987,74	73.549,62
Bancos Conta Vinculada	227.982,74	10.489,55	Depósitos de Diversas Origens	39.813,03	7.473,12
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	969.576,25	968.401,50	Restos a Pagar	2.294.506,30	1.573.092,78
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	64.528,55	1.143.029,79	Obrigações a Pagar	2.294.506,30	1.573.092,78
Realizável	62,22	-			
Créditos a Receber	62,22	-			
Permanente	16.978.111,61	17.696.729,96	Permanente	61.769,36	-
Créditos	1.105.345,06	511.738,90	Dívida Fundada	61.769,36	-
Devedores - Entidades e Agentes	1.103.335,15	509.728,99			
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	2.009,91	2.009,91	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Bens e Valores em Circulação	18.726,44	18.726,44	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa	121.122,88	132.324,16			
Créditos em processo de Inscrição Dívida Ativa	0,00	20,89			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	121.101,99	132.303,27			
Imobilizado	15.732.917,23	17.033.940,46			
Bens Móveis e Imóveis	15.732.917,23	17.033.940,46			
Bens Imóveis	8.942.046,95	9.600.315,70			
Bens Móveis	6.790.870,28	7.433.624,76			
ATIVO REAL	18.640.243,49	19.829.199,08	PASSIVO REAL	2.444.076,43	1.654.115,52
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	16.196.167,06	18.175.083,56
			Ativo Real Líquido	16.196.167,06	18.175.083,56
TOTAL	18.640.243,49	19.829.199,08	TOTAL	18.640.243,49	19.829.199,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e Notas Explicativas (fl. 215).

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 478.353,60** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,78** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 1.198.528,79** passando de um Déficit de **R\$ 720.175,19** para um Superávit de **R\$ 478.353,60**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 202.587,12**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.662.131,88	2.132.469,12	470.337,24
Passivo Financeiro	2.382.307,07	1.654.115,52	-728.191,55
Saldo Patrimonial Financeiro	-720.175,19	478.353,60	1.198.528,79

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Descanso, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11 A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

Quadro 11 A - Apuração do Resultado Financeiro (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	26.093,06	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	45,37	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	38.442,52	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ -56.756,21	-97.594,12	Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -40.837,91		
22 - Transferências de Convênios - Educação	-420.333,70	Déficit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	-76.616,88	Déficit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	156.787,04	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	2.957,79	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	13.157,92	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	56.827,97	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	-1.777,06	Déficit
55 - Convênio Trânsito - Civil	-99,00	Déficit
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	0,00	Superávit
58 - Salário Educação	7.257,70	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	81,23	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2.726,27	Superávit
64 - Atenção Básica	349.414,80	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	47.758,62	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	46.729,03	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	10.122,82	Superávit
70 - Gestão SUS	0,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	4.593,16	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-596.420,76	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	520.998,14	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-106.144,28	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-103.074,80	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	311.779,06	Superávit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades da Câmara Municipal de Descanso foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

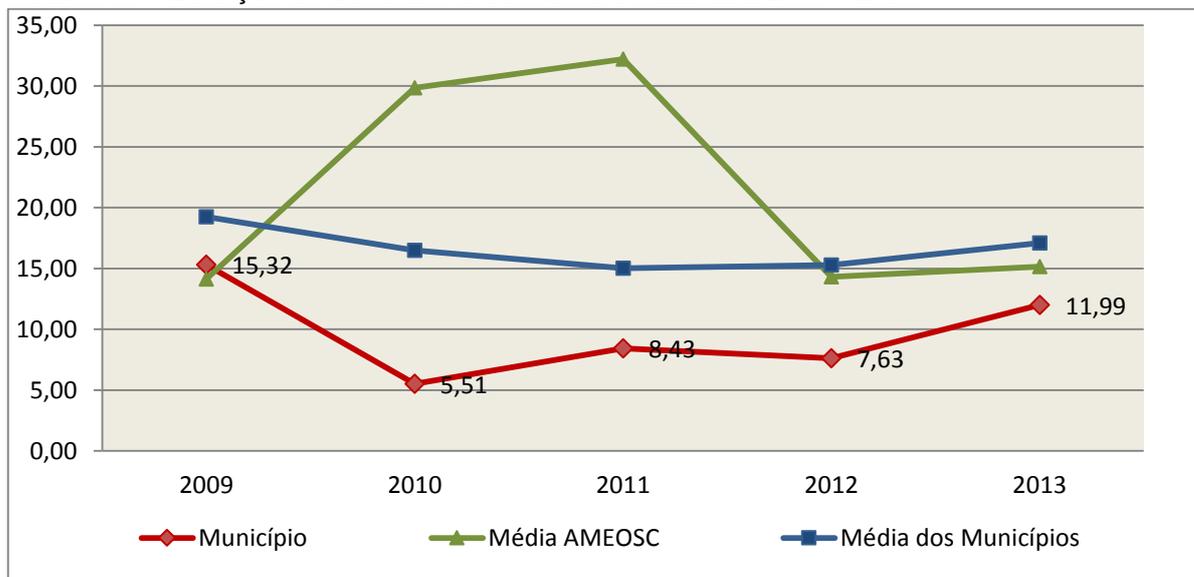
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	10.689.168,84	13.883.729,90	13.950.407,53	16.431.569,70	15.734.503,14
2 Restos a Pagar	611.417,25	1.700.449,44	1.331.281,10	2.294.506,30	1.573.092,78
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.060.969,05	1.732.858,30	1.940.129,89	1.662.131,88	2.132.469,12
4 Passivo Financeiro Ajustado	690.121,23	1.787.792,74	1.439.224,96	2.382.307,07	1.654.115,52
5 Ativo Real	12.611.538,57	14.951.790,30	16.711.803,82	18.640.243,49	19.829.199,08
6 Passivo Real	823.131,72	2.712.320,31	1.981.654,29	2.444.076,43	1.654.115,52
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	15,32	5,51	8,43	7,63	11,99
Situação Financeira (3÷4)	1,54	0,97	1,35	0,70	1,29
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,72	12,25	9,54	13,96	10,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



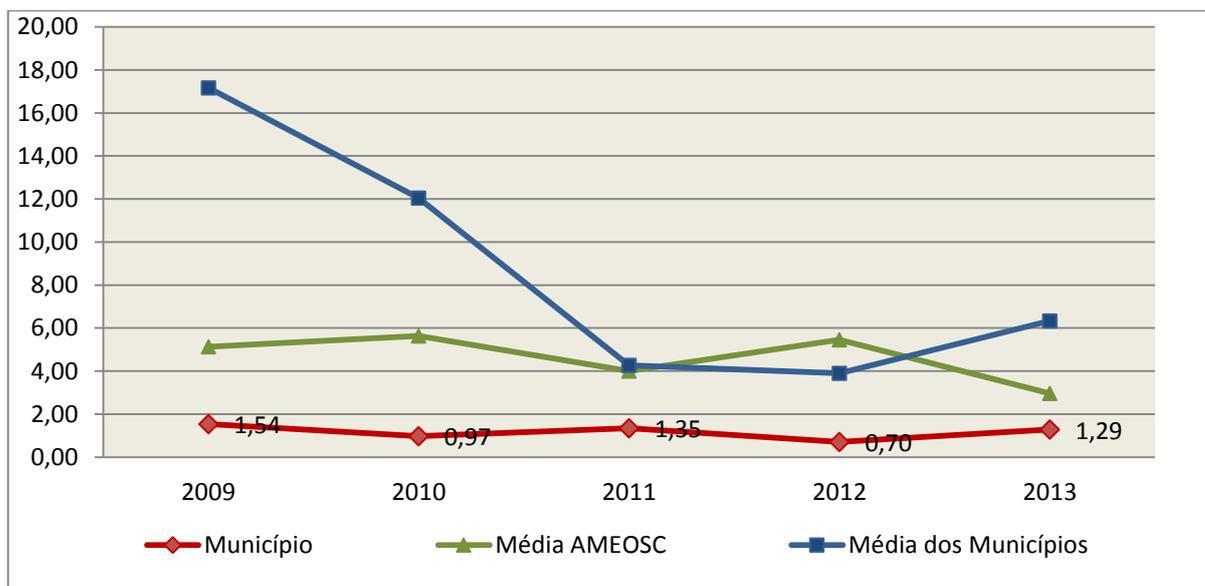
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **11,99** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

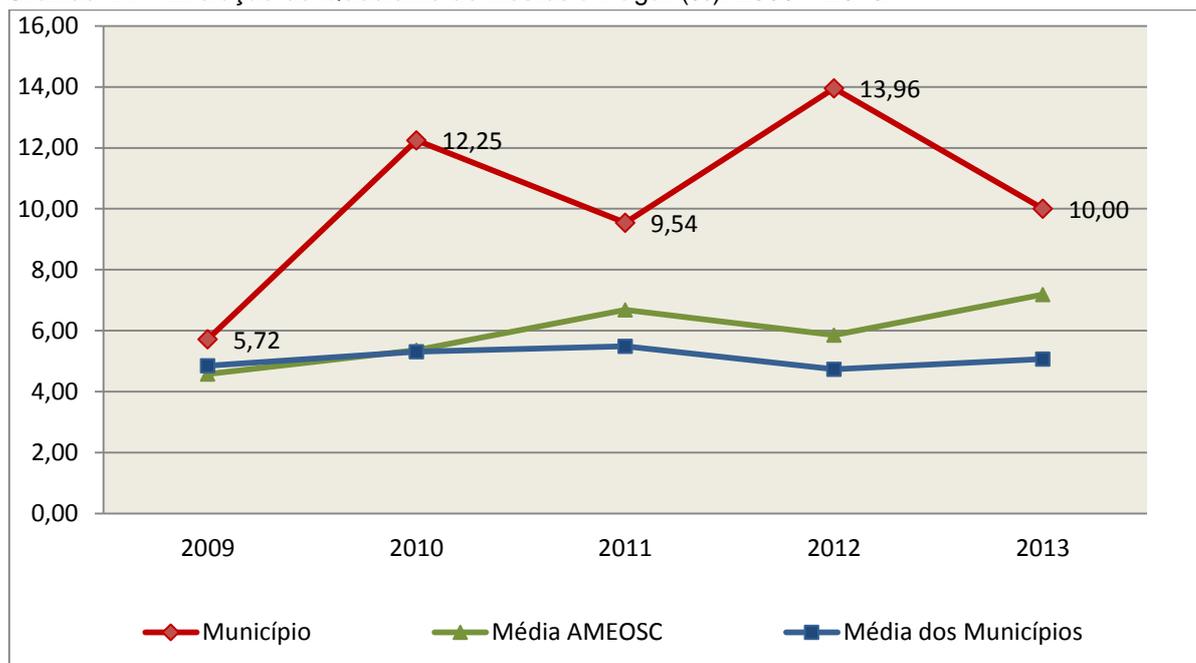
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **1,29** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Descanso é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **10,00%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.756.058,02** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,30%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 814.876,80**, representando **6,30%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

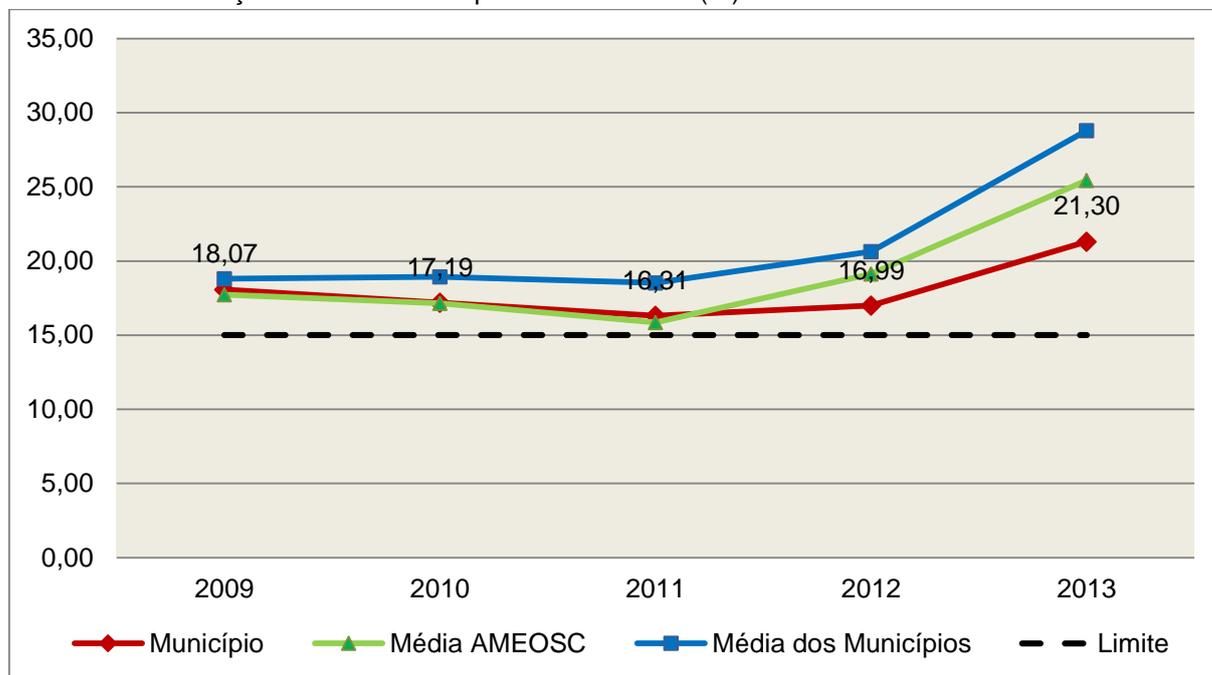
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	12.941.208,13	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.728.165,98	28,81
Atenção Básica	3.721.322,98	28,76
Alimentação e Nutrição, art. 6º, IV, da Lei nº 8.080/90	6.843,00	0,05
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	972.107,96	7,51
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.756.058,02	21,30
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.941.181,22	15,00
Valor Acima do Limite	814.876,80	6,30

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Descanso em 2013 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.484.127,77** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,92%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 248.825,74**, representando **1,92%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

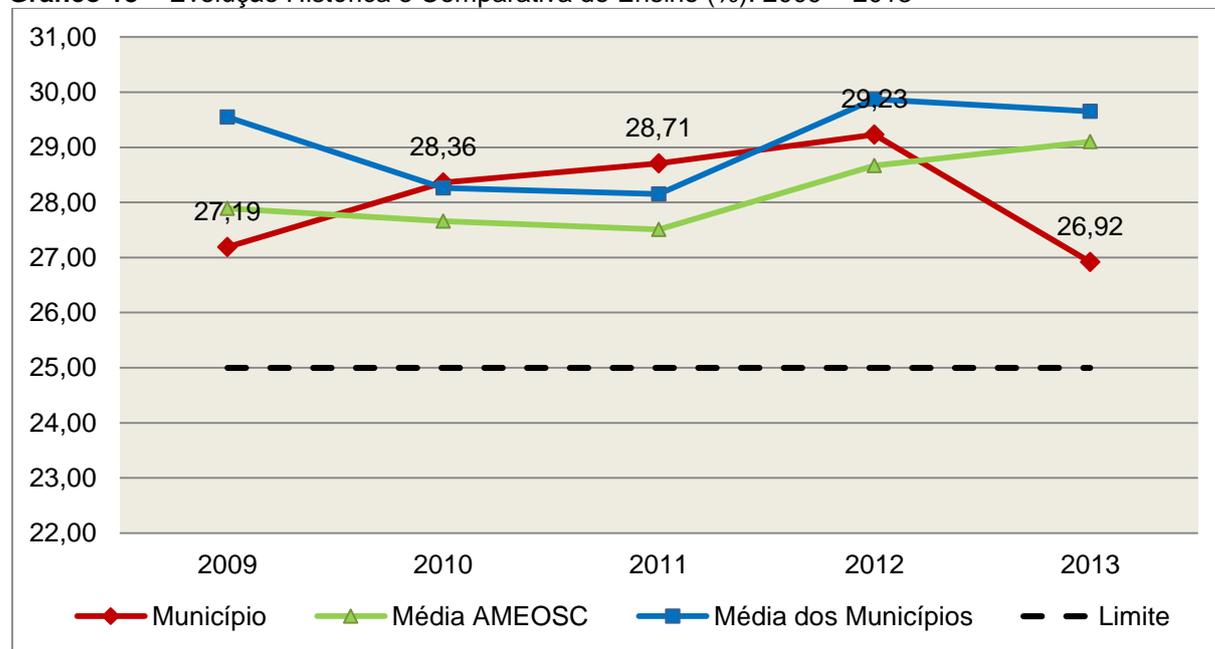
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	12.941.208,13	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	1.276.359,61	9,86
Educação Infantil	1.276.359,61	9,86
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.391.272,52	18,48
Ensino Fundamental	2.391.272,52	18,48
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	329.019,13	2,54
(+) Perda com FUNDEB	151.180,52	1,17
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.665,75	0,04
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.484.127,77	26,92
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.235.302,03	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	248.825,74	1,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Descanso em 2013 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.439.872,27**, equivalendo a **66,38%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

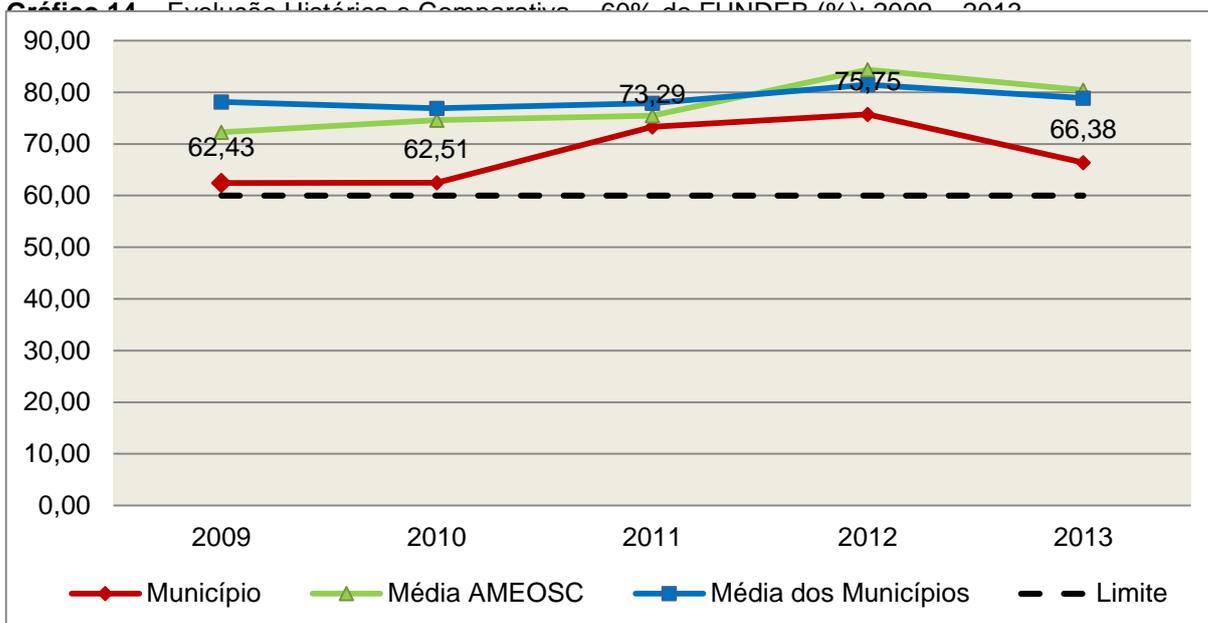
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.163.409,21
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	5.665,75
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	2.169.074,96
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.301.444,98
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Excluído o valor de R\$ 56.756,21, referente despesas com Fundeb (fonte 18) sem cobertura financeira - pg. 58 deste Relatório)	1.439.872,27
Valor Acima do Limite	138.427,29

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.110.181,15**, equivalendo a **97,28%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

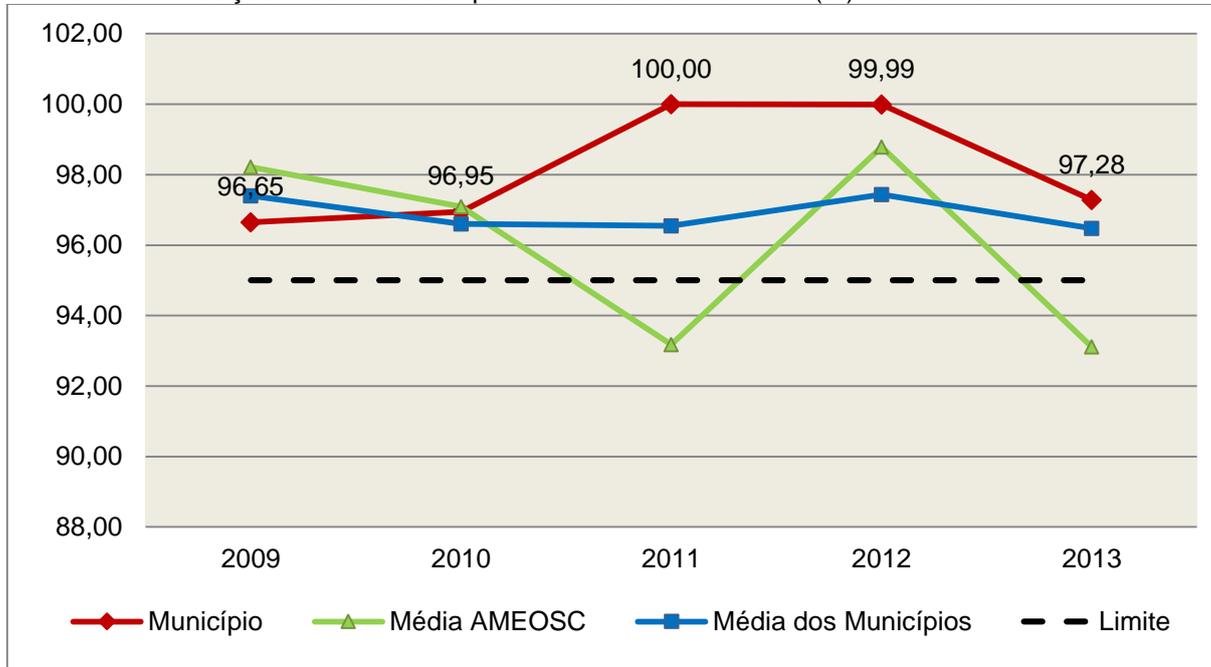
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.169.074,96
95% dos Recursos do FUNDEB	2.060.621,21
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB * (Excluído o valor de R\$ 97.594,12, ref. despesas com Fundeb (fontes 18 e 19) sem cobertura financeira - pg. 58 deste Relatório)	2.110.181,15
Valor Acima do Limite	49.559,94

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Descanso reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não utilizou, no 1º trimestre, o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, entretanto, abriu o crédito adicional no valor de **R\$ 157,04, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	53.670,56
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	53.670,56
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O total de Restos a Pagar e DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de, respectivamente, R\$ 112.301,18 e R\$ 38.963,50, contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 53.670,56 em razão da ausência de cobertura financeira.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício e despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item – 8.1.3 - Restrições de Ordem Legal.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.171.109,75	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.702.665,85	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.711.894,04	47,69
Pessoal e Encargos	7.711.894,04	47,69
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	539.390,04	3,34
Pessoal e Encargos	539.390,04	3,34
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	8.251.284,08	51,02
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.451.381,77	8,98

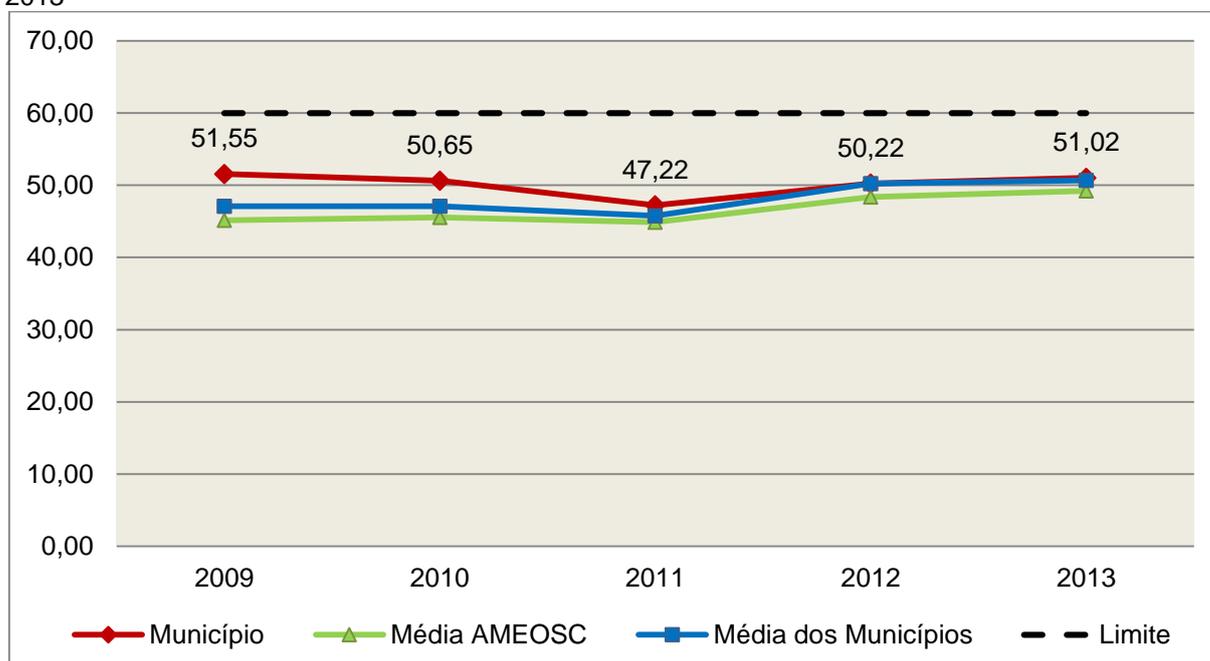
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **51,02%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Descanso, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.171.109,75	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.732.399,27	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.711.894,04	47,69
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.711.894,04	47,69
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.020.505,23	6,31

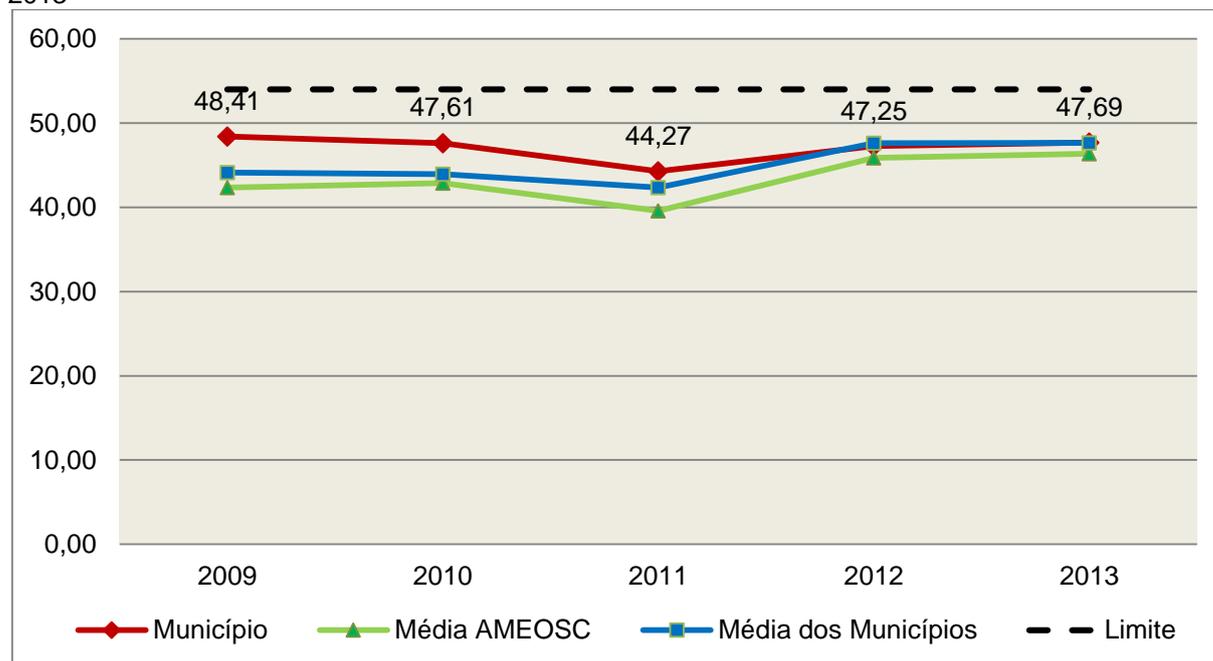
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,69%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.171.109,75	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	970.266,59	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	539.390,04	3,34
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	539.390,04	3,34
Valor Abaixo do Limite (6%)	430.876,55	2,66

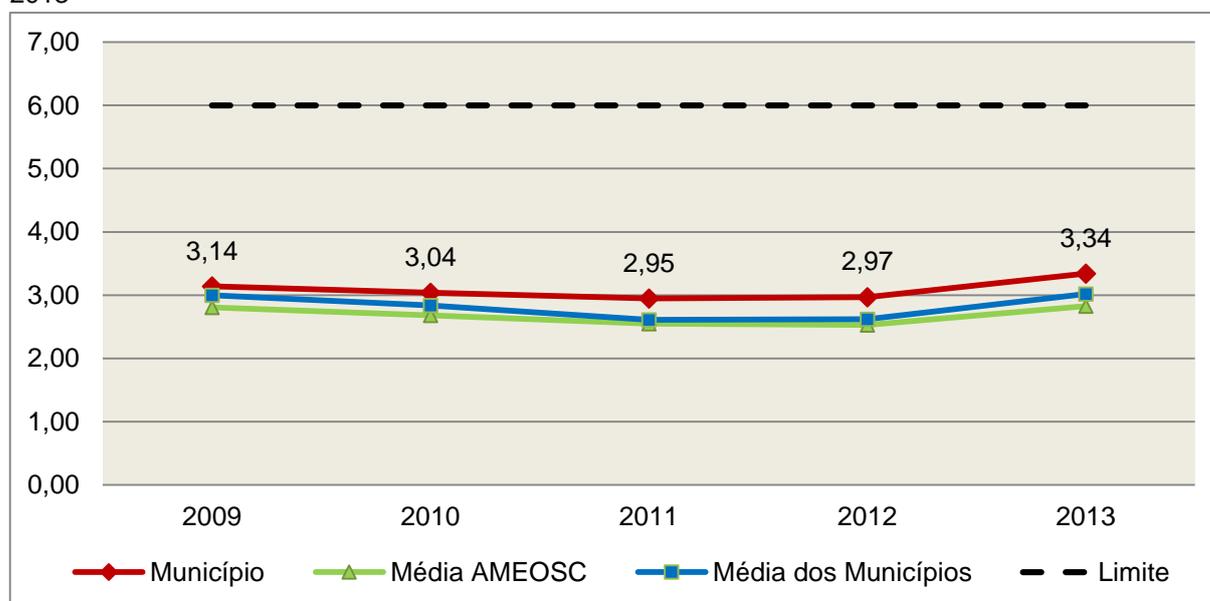
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,34%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁶.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

⁶ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Descanso, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 163.800,00) representa 1,45% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 11.333.701,78).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 304 a 327, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 317 a 323;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme fl. 324.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Descanso**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 331).

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Descanso**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso:
28/12/2014 (fls. 498).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Divergência, no valor de **R\$ 19.930,31**, entre o saldo financeiro dos recursos do Fundeb registrado em conta específica em 31/12/2013 (R\$ 53.670,56), e o saldo apurado pela diferença dos valores recebidos e os valores pagos em 2013 (R\$ 73.600,87), em desacordo ao artigo 2º da Lei nº 11.494/2007 (item 1.2.2.1 e Quadros 16, 16-A e Sistema e-Sfinge);
- 8.1.2 Abertura de crédito adicional no valor de **R\$ 157,04**, no primeiro trimestre de 2013, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, sem evidenciação de realização da despesa, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 1.2.2.3 e 5.2.2, limite 3);
- 8.1.3 Despesas inscritas em Restos a Pagar e/ou despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 97.594,12**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.2.4 e Quadro 16-A);

- 8.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 1.2.2.5 e Capítulo 7).

8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

- 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.3.1 e 6.6).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 1.181.310,00
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 478.353,60
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	21,30%
4.2) Ensino	25,00%	26,92%
4.3) FUNDEB	60,00%	66,38%
	95,00%	97,28%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,02%
b) Poder Executivo	54,00%	47,69%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,34%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Descanso**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens **8.1 e 8.2**, deste Relatório, à vista da Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências quanto a correta remessa de informações por meio do Sistema e-Sfinge das especificações de fontes de recursos das contas contábeis financeiras do Sistema Financeiro e do Sistema Compensado (DFR a utilizar, DFR comprometida e DFR utilizada);

IV - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

V - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,
DMU/Divisão 2, em 28/10/2014.

DEJAIR CESAR TAVARES
Auditor Fiscal de Controle Externo

De Acordo
Em 28/10/2014.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	942.132,29
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	29.692,71
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	282,96
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	972.107,96

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	1.620,00
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	42,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	232.426,92
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	10.090,12
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental	84.151,71
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	688,38
Total das deduções das despesas com Educação Básica	329.019,13



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2013	301	218.982,13	217.100,36	214.209,50
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	2013	301	68.564,00	68.564,00	68.564,00
64 - Atenção Básica	2013	301	554.067,95	553.720,37	550.838,23
66 - Vigilância em Saúde	2013	301	17.004,61	17.004,61	17.004,61
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	83.513,60	81.652,64	81.042,29
TOTAL			942.132,29	938.041,98	931.658,63

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	8	02/01/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	2.999,00	2.999,00	2.999,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 001/2013 ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	61	31/01/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	84,00	84,00	84,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.12/2012.SENDO 02 ESTAGIARIOS GERCISA CRISTINA TIBOLA E NATIELE KLAUS.REFERENTE JANEIRO DE 2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	82	05/02/2013	MARIANO BERNAT	70,00	70,00	70,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE MAO DE OBRA PARA CONserto DO RADIADOR DO MICROONIBUS MARCOPOLO, Nº38, PLACA MGG-3302, KM 311286, SENDO 01 MÃO DE OBRA PARA CONserto RADIADOR - (Cód. 2729), COM RECURSOS PROPRIOS.(Compra Direta Nº 17/2013)CFE.AF35/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	96	19/02/2013	COMÉRCIO DE PEÇAS SÃO LUIZ LTDA.	60,00	60,00	60,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE MAO-DE-OBRA PARA CONserto DO ALTERNADOR DO MICROONIBUS MARCOPOLO Nº 38, PLACAS MGG 3302, KM 311.314, SENDO 01 MÃO DE OBRA PARA CONserto DO ALTERNADOR. - (Cód. 4036), COM RECURSOS PROPRIOS. (Compra Direta Nº 18/2013)CFE.AF39/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	100	20/02/2013	JOSE ANTONIO BARBOSA DE LIMA	60,00	60,00	60,00	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE MAO DE OBRA PARA MONTAGEM DE PNEUS NO MICROONIBUS MARCOPOLO, Nº 38, PLACA MGG-3302, KM 311286, SENDO 06 MAO DE OBRA PARA MONTAGEM DE PNEU - (Cód. 4417), COM RECURSOS PROPRIOS. (Compra Direta Nº 22/2013)CFE.AF 43/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	00 - Recursos Ordinários	301	122	28/02/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	84,00	84,00	84,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.12/2012.SENDO 02 ESTAGIARIOS GERCISA CRISTINA TIBOLA E NATIELE KLAUS.REFERENTE FEVEREIRO DE 2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	154	15/03/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	3.481,70	3.481,70	3.481,70	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 019/2013 ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	219	15/04/2013	IVAMAK CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME	2.681,56	2.681,56	2.681,56	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE CONTRATACAO DE SEGURO PARA VEICULO DE PASSAGEIROS MICROONIBUS FIAT DUCATO MULTI JAEDI, Nº 72, PLACAS MKI 2949, PATRIMONIO Nº 5403, PARA O PERIODO DE UM ANO, CHASSI 93W245H34C2087689 CONFORME NORMAS DO DETER, COM RECURSOS PROPRIOS. (Licitação Nº : 1/2013-CV)CFE.AF82/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	257	19/04/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	84,00	84,00	84,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.03/2013.SENDO 02 ESTAGIARIOS GERCISA CRISTINA TIBOLA E NATIELE KLAUS.REFERENTE MARÇO DE 2013.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	259	19/04/2013	DETER- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	953,56	953,56	953,56	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE MULTA DETER - SISTEMA DE TRANSPORTES DO VEICULO MICROÔNIBUS FIAT/DUCATO MINIBUS 16P PLACA MDN 5272, RENAVAM 801983533, CONDUTOR JAIME FRANCESTINI CNH 01913762211, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº C8678 DE 14/07/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	260	19/04/2013	DETER- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	953,56	953,56	953,56	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE MULTA DETER - SISTEMA DE TRANSPORTES DO VEICULO MICROÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE 19P PLACA MGG 3302, RENAVAM 880487836, CONDUTOR IVALDO CAPELLARI CNH 02708197027, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº C7711 DE 14/07/2011.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	295	30/04/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.04/2013.SENDO 01 ESTAGIARIA GERCISA CRISTINA TIBOLA.REFERENTE ABRIL DE 2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	330	15/05/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	3.405,50	3.405,50	3.405,50	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 060/2013 ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	371	29/05/2013	DETRAN S/C	229,83	229,83	229,83	Pela despesa empenhada,ref.multa aplicada por infração de transito pelo veículo I/GM CLASSIC LIFE,MCV 1635,nº36,cfe.Autos 008779 8779065269, 008779 8779171913 e 008750 8750067186.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	377	29/05/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.05/2013(ESTAGIARIA GERCISA CRISTINA TIBOLA).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	437	24/06/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	3.944,00	3.944,00	3.944,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 071/2013 ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	476	28/06/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.06/2013(ESTAGIARIA GERCISA CRISTINA TIBOLA).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	567	31/07/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.07/2013(ESTAGIARIA GERCISA CRISTINA TIBOLA).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	595	07/08/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	3.510,00	3.510,00	3.510,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 095/2013 - ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	661	30/08/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Descanso	impostos: Saúde								Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.08/2013(ELIANE CLAUDIA BELOLI).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	734	26/09/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	1.999,00	1.999,00	1.999,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº /2013 - ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	736	30/09/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE.COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.09/2013(ELIANE CLAUDIA BELOLI).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	827	30/10/2013	SABRINA APOLONIA BITELO	4.715,00	4.715,00	4.715,00	PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA, PARA ATENDIMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO, COM FUTURA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONFORME PRECEITUA A LEI MUNICIPAL Nº 121/97, DE 12/12/1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 143/98, DE 12/01/1998, A SER ONERADO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.CONFORME OFICIO Nº 120/2013 - ITEM 06 HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	831	31/10/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE.COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.10/2013(ELIANE CLAUDIA BELOLI).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	913	29/11/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE.COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.11/2013(ELIANE CLAUDIA BELOLI).
Fundo Municipal de Saúde de Descanso	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	998	30/12/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA-SC	42,00	42,00	0,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE.COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.12/2013(ELIANE CLAUDIA BELOLI).
TOTAL						29.692,71	29.692,71	29.650,71	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2013	365	1.620,00	1.620,00	1.620,00
TOTAIS			1.620,00	1.620,00	1.620,00

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3994	30/12/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA-SC	42,00	42,00	0,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.12/2013(ESTAGIÁRIA TAMARA SILVESTRI ORG.:06.19)
TOTAL						42,00	42,00	0,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2013	361	11.923,75	11.923,75	11.923,75
55 - Convênio Trânsito - Civil	2013	361	159.535,67	159.535,67	157.922,84
58 - Salário Educação	2013	361	50.821,10	50.821,10	49.856,69
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	10.146,40	10.146,40	10.146,40
TOTAL			232.426,92	232.426,92	229.849,68

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Descanso	00 - Recursos Ordinários	361	3	02/01/2013	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	860,75	860,75	795,19	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO DEPOSITO DE PRODUTOS DA MERENDA ESCOLAR, UNIDADE CONSUMIDORA 5850525, PARA O EXERCICIO DE 2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	361	4	02/01/2013	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	253,00	253,00	232,13	PELA DESPESA EMPENHADA, REFERENTE PAGAMENTO DA COSIP NO NO DEPOSITO DE PRODUTOS DA MERENDA ESCOLAR, UNIDADE CONSUMIDORA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Descanso									5850525, PARA O EXERCICIO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Descanso	00 - Recursos Ordinários	361	185	21/01/2013	CACIANA LUIZA PAINI CECCHIN	3.395,92	3.395,92	3.395,92	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA, REFERENTE FERIAS DO MES DE JANEIRO DE 2013, PROFESSORA ENSINO MEDIO OU SUPERIOR FUNCIONARIA CACIANA LUIZA PAINI CECCHIN ORG 06.12.
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1704	04/06/2013	EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.	606,17	606,17	606,17	Pela despesa empenhada,ref.01 passagem aérea à Chapecó/Florianópolis/Chapecó a Servidora ELIZETE TEREZINHA DALTOÉ,para participar do II Encontro Catarinense de Alimentação Escolar, cfe.AF 772/2013.
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1711	05/06/2013	ELIZETE TEREZINHA DALTOE	299,88	299,88	299,88	Pela despesa empenhada,ref.02 diárias à Florianópolis-SC,para participação no II Encontro Catarinense de Alimentação Escolar,promovido pelo FNDE/CECANE,dias 06 e 07/06/2013,cfe.RV 36/2013.
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1995	28/06/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.06/2013(ESTAGIARIA TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2280	31/07/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.07/2013(ESTAGIARIA TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2549	30/08/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.08/2013(ESTAGIARIA TAMARA SILVESTRI).
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2922	30/09/2013	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA,REFERENTE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO CIEE,COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº634/2005 DE 28/12/05,REF.09/2013(ESTAGIARIA TAMARA SILVESTRI).ORG. 06.47
Prefeitura Municipal de Descanso	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3670	05/12/2013	MERCADO E ACOUGUE MIOTTO LTDA - ME.	4.506,40	4.506,40	4.506,40	PELA DESPESA EMPENHADA, REF AQUISIÇÃO DE DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO TÉRMINO DO ANO LETIVO DE 2013, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 057/1992, SENDO 860 CX BOMBONS SORTIDOS (SABORES DIVERSOS), CAIXA COM NO MÍNIMO 310 GRAMAS E EMBALAGEM ILUSTRATIVA. Marca: NEUGEBAUER/LEMBRANÇA, COM RECURSOS PRÓPRIOS. (Compra Direta Nº 755/2013)CFE.AF1632/2013.
TOTAL						10.090,12	10.090,12	10.003,69	

APÊNDICE

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO (*)	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações (*)	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
RECURSOS VINCULADOS									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit	
12	30.929,80	0,00	0,00	30.929,80	64,11	2.890,86	1.881,77	26.093,06	Superávit
16	45,37	0,00	0,00	45,37	0,00	0,00	0,00	45,37	Superávit
17	45.557,94	0,00	0,00	45.557,94	65,56	7.049,86	0,00	38.442,52	Superávit
18	51.404,24	0,00	0,00	51.404,24	19.223,24	88.937,21	0,00	-56.756,21	Déficit
19	2.266,32	0,00	0,00	2.266,32	19.740,26	15.117,54	8.246,43	-40.837,91	Déficit
22	5.150,76	0,00	0,00	5.150,76	0,00	0,00	425.484,46	-420.333,70	Déficit
23	7.257,63	0,00	0,00	7.257,63	0,00	0,00	83.874,51	-76.616,88	Déficit
24	394.620,65	0,00	0,00	394.620,65	0,00	0,00	237.833,61	156.787,04	Superávit
49	4.840,69	0,00	0,00	4.840,69	0,00	1.882,90	0,00	2.957,79	Superávit
50	18.226,17	0,00	0,00	18.226,17	174,90	1.693,35	3.200,00	13.157,92	Superávit
52	72.327,20	0,00	0,00	72.327,20	8.361,86	4.389,15	2.748,22	56.827,97	Superávit
54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.765,00	12,06	-1.777,06	Déficit
55	1.759,89	0,00	0,00	1.759,89	0,00	1.612,83	246,06	-99,00	Déficit
57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
58	8.222,11	0,00	0,00	8.222,11	0,00	964,41	0,00	7.257,70	Superávit
59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
60	81,23	0,00	0,00	81,23	0,00	0,00	0,00	81,23	Superávit
61	2.726,27	0,00	0,00	2.726,27	0,00	0,00	0,00	2.726,27	Superávit
64	378.064,13	0,00	0,00	378.064,13	25.419,61	2.882,14	347,58	349.414,80	Superávit
65	48.204,10	0,00	0,00	48.204,10	445,48	0,00	0,00	47.758,62	Superávit
66	46.729,03	0,00	0,00	46.729,03	0,00	0,00	0,00	46.729,03	Superávit
67	12.594,13	0,00	0,00	12.594,13	0,00	610,35	1.860,96	10.122,82	Superávit
70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
89	4.593,16	0,00	0,00	4.593,16	0,00	0,00	0,00	4.593,16	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA							-596.420,76		



RECURSOS ORDINÁRIOS									
0	978.845,98	0,00	0,00	978.845,98	4.240,43	167.434,36	286.173,05	520.998,14	
1	5.738,72	0,00	0,00	5.738,72	980,24	47.133,24	63.769,52	-106.144,28	
2	12.283,60	0,00	0,00	12.283,60	2.307,05	36.281,54	76.769,81	-103.074,80	
T.	996.868,30	0,00	0,00	996.868,30	7.527,72	250.849,14	426.712,38	311.779,06	Superávit

(*) Saldos iniciais 2014, dados do Sistema e-Sfinge.